

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.397.062 - BA (2018/0297137-7)

AGRAVANTE : CONSELHO REG DE MEDICINA VETERINARIA DO
ESTADO DA BAHIA
ADVOGADO : THIAGO MATTOS DA SILVA E OUTRO(S) - BA034490
AGRAVADO : PLINIO COMERCIAL DE OVOS LTDA
AGRAVADO : PLINIO MAMEDE DOS SANTOS
AGRAVADO : MARIA AIDA SANDES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Bahia, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. COBRANÇA DE ANUIDADES. NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO. LEI Nº 11.000/04. APLICAÇÃO RESTRITA AOS CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA.

1. As anuidades exigidas pelos conselhos profissionais se enquadram no conceito de contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação na fiscalização nas respectivas áreas, nos termos previstos no art. 149 da Carta Magna.

2. Nesse sentido, as referidas contribuições possuem natureza jurídica de tributo, da competência exclusiva da União, e são submetidas aos princípios que regem o sistema tributário nacional, dentre eles, o da reserva legal, que determina a vedação de exigência ou majoração de tributo sem lei que o estabeleça (art. 150, I, da CF/88). Não é permitido aos conselhos profissionais, por ausência de lei que os autorize, corrigirem suas anuidades por meio de resolução ou qualquer outro ato administrativo, por manifesta afronta ao princípio da legalidade, previsto no art. 150, I, da Carta Magna.

3. Não há que se falar, no caso ora em exame, em incidente de inconstitucionalidade (art. 97 da Constituição Federal) em relação à Lei nº 11.000/04, que trata da cobrança e execução "das contribuições anuais, devidas por pessoas físicas ou jurídicas, bem como as multas e os preços de serviços, relacionados com suas atribuições legais, que constituirão receitas próprias de cada Conselho". Ocorre que a referida lei tem sua aplicação restrita aos Conselhos Regionais de Medicina. Nesse sentido: (AC 2007.38.00.008112-4/MG, Rel. Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, Sétima Turma, e-DJF1 p.408 de 31/07/2009).

4 Apelação a que se nega provimento.

Em seu recurso especial, a parte recorrente indica a violação do art. 949 do CPC/2015, bem como a ofensa à Lei n. 12.514/2011.

O Tribunal de origem não admitiu o recurso especial, com base no fato de que o acórdão recorrido foi assentado em fundamentos de índole constitucional e infraconstitucional, qualquer um deles suficiente para mantê-lo, contudo, a parte recorrente não interpôs recurso extraordinário, o que atraiu a incidência do óbice ao conhecimento recursal constante da Súmula n. 126 do STJ.

Foi interposto o presente agravo em recurso especial.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, cumpre ressaltar que, de acordo com a decisão exarada pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 9/3/2016, o regime recursal será determinado pela lei vigente à época da publicação do provimento jurisdicional impugnado.

No caso em tela, como o agravo em recurso especial foi interposto contra decisão proferida e publicada sob a égide do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), aplicam-se ao mesmo as disposições e exigências contidas no referido diploma legal (Enunciado Administrativo n. 03/STJ).

A partir da análise atenta das razões recursais, é possível observar que a parte agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão de inadmissão.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *d*, do RISTJ, conheço do agravo para determinar a sua conversão em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator